

---

# USOS DA ARQUEOLOGIA, GENEALOGIA E METODOLOGIAS COMO ESTRATÉGIAS DE PESQUISA COM ARQUIVOS

---

USES OF ARCHEOLOGY, GENEALOGY AND METHODOLOGIES AS  
ARCHIVAL RESEARCH STRATEGIES

USOS DE LA ARQUEOLOGÍA, LA GENEALOGÍA Y LAS  
METODOLOGÍAS COMO ESTRATEGIAS DE INVESTIGACIÓN  
ARCHIVÍSTICA

**Flávia Cristina Silveira Lemos<sup>1</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/8132595498104759>  
<https://orcid.org/0000-0003-4951-4435>

**Leila Cristina da Conceição Santos Almeida<sup>2</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/0412144495794738>  
<https://orcid.org/0000-0001-9981-3893>

**Mário Tito Barros Almeida<sup>3</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/3677490678754898>  
<https://orcid.org/0000-0003-3718-2103>

**Karina Helaine de Lima Coelho<sup>4</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/9219692574886792>  
<https://orcid.org/0000-0002-2953-2583>

**RESUMO:** O trabalho com arquivos, na arqueologia e na genealogia é um processo marcado por usos e constituído por lutas pela memória, no tempo e no espaço. Com este artigo, busca-se apresentar possibilidades táticas e estratégicas com os documentos, na História, a partir dos manejos de conceitos-ferramentas de Michel Foucault, explicitando o pensar as práticas de pesquisa por meio de análises de saberes e poderes que fabricam subjetividades e maquinações como agenciamento de uma trama de forças, múltiplas e heterogêneas, singulares e acontecimentais. Por fim, aborda-se a arqueologia e a genealogia como estratégias das lutas atuais, no presente. A História se torna uma política da verdade interrogada e organizada como jogos de intrigas, produzidos por regimes discursivos e dinâmicas de poder cotidianos.

**Palavras-Chave:** História; Arqueologia; Genealogia; Arquivos; Michel Foucault.

---

1 Professora Titular de Psicologia Social da UFPA. E-mail: [flaviacslemos@gmail.com](mailto:flaviacslemos@gmail.com).

2 Doutorado em Educação pela UFPA. Profa. de Pedagogia pela UEPA. E-mail: [leila.almeida@ig.com.br](mailto:leila.almeida@ig.com.br)

3 Doutor em Relações Internacionais pela UNB. Prof. de Filosofia pela UEPA. E-mail: [mtito01@gmail.com](mailto:mtito01@gmail.com)

4 Doutoranda em Psicologia pela UFPA. E-mail: [karinahcoelho@outlook.com](mailto:karinahcoelho@outlook.com)

**ABSTRACT:** Working with archives, in archeology and genealogy, is a process marked by uses and constitutes by struggles for memory in time and space. With this article, we seek to present tactical and strategic possibilities with documents, in History, from the handling of Michel Foucault's concepts-tools, explaining the thinking about research practices through analyses of knowledge and powers that manufacture subjectivities and machinations as the agency of a web of forces, multiple and heterogeneous, singular and incidental. Finally, archeology and genealogy are approached as strategies of current struggles, in the present. History becomes a politics of truth interrogated and organized as intrigue games, produced by discursive regimes and everyday power dynamics.

**Keywords:** History; Archeology; Genealogy; Files; Michel Foucault.

**RESUMEN:** El trabajo con archivos, en arqueología y genealogía, es un proceso marcado por usos y constituido por luchas por la memoria, en el tiempo y en el espacio. Con este artículo, buscamos presentar posibilidades tácticas y estratégicas con los documentos, en Historia, a partir del manejo de conceptos-herramientas de Michel Foucault, explicando el pensamiento de las prácticas de investigación a través del análisis de saberes y poderes que fabrican subjetividades y maquinaciones como agencia de un entramado de fuerzas, múltiples y heterogéneos, singulares y eventuales. Finalmente, la arqueología y la genealogía son abordadas como estrategias de las luchas actuales en el presente. La historia se convierte en una política de la verdad interrogada y organizada como juegos de intriga, producidos por regímenes discursivos y dinámicas de poder cotidianas.

**Palabras-Clave:** Historia; Arqueología; Genealogía; Archivo; Michel Foucault.

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe abordar a pesquisa documental e histórica a partir da arqueologia e genealogia, em Michel Foucault e a História Cultural com um olhar do sabor do arquivo. A pesquisa bibliográfica é distinta da documental, pois trabalha com entrecruzamento de fontes que são sempre lacunares e nunca totalizantes. Na primeira (bibliográfica), há um levantamento e análise da literatura, ao passo que, na segunda (histórica), são selecionadas as fontes primárias, descrevendo-as e as problematizando, no cotejo e auxílio das fontes secundárias, tais como teses, dissertações e livros, que possibilitam analisarmos as primárias. (Gil, 1999).

No caso de uma pesquisa documental, busca-se trabalhar com um arquivo que deve ser visto em diagonal, pois é formado por um conjunto de discursos, os quais são acontecimentos

diagramáticos. Foucault (2005) salientava que realizava estudos históricos para analisar o que lhe parecia intolerável no seu tempo, sendo que seu objeto de estudo era o arquivo como conjunto de enunciados, em uma trama em heterogênese ética, estética e política. O trabalho que se torna um ato de paciência documentária possibilita a problematização histórica de nós mesmos(as) na ontologia do presente enquanto processo do diferir.

Assim, examinou historicamente a produção política da verdade na relação com a subjetividade sempre, a qual permitiria pensar as diferenças no presente em termos do processo em que estamos em vias de diferir a respeito do presente. A arqueologia é a descrição do arquivo, portanto como conjunto de enunciados em dispersão discursiva se torna uma rede de intrigas a ser problematizada por meio de perguntas.

A história deve ser observada pela construção em rupturas descontínuas e não por origens e totalidades finalísticas. Foucault (2009) ressaltava que a arqueologia é uma história dos arquivos, em termos das perspectivas descontínuas, dos lugares institucionais, das posições de sujeito, da constituição dos temas e dos objetos, das modalidades enunciativas, da criação das formações discursivas por meio de séries distintas, singulares e entrecruzadas. Dessa forma, “[...] o arquivo supõe o arquivista”. (Farge, 2009, p. 11). O arquivista trabalha os arquivos, os maneja e os organiza, os delimita e seleciona, estabelece datações e prioriza espaços a definir.

Logo, é possível analisar historicamente os acontecimentos em um jogo permanente de práticas de saber, em que são as verdades locais que interessavam a Foucault (1979) durante o período em que propôs estudar as discontinuidades das práticas, em um campo móvel de forças heterogêneas que são lacunares e efetuam a atualização das forças, em diagramas. A história da verdade é uma problematização, a qual enseja desnaturalizar os saberes, mover poderes e deslocar subjetividades. Historicizar é criar fissuras e espaços outros para que se abra a trama em diagonal das forças. Nesse aspecto, “[...] o sabor do arquivo passa por esse gesto artesão.” (Farge, 2009, p. 23). A artesanaria com a escrita da História é um movimento das águas dos rios em que nunca se é o(a) mesmo(a) na forma de realizar a operação historiográfica.

O documento deixa de ser uma matéria inerte, se torna movimento de deslocamentos constantes e passa a operar pelo movimento das forças, em heterogênese, colocando os vestígios da História em cenários complexos. A história arqueológica descreve o monumento como acontecimento, em práticas raras para romper os estereótipos e fazer ranger o que ficou silenciado. É preciso montar o quebra-cabeça das agências e das práticas sociais que

estiveram no trabalho feito para criar os monumentos dos arquivos em uma determinada sociedade, pois o arquivo fala e faz falar. (Farge, 2009).

Foucault (2005) propõe que nos desliguemos da ilusão da procura de uma origem rumo a uma evolução a futuro que seria linear e causal. Nos interessa o devir que quebra as perfeições teleológicas para efetivar a materialidade das práticas concretas que constituem os objetos datados sem essência e finalidade a atingir e a restaurar. Apreciar o sabor do arquivo nos faz seguir as tramas que são montadas como cheiros, tateios, olhares, escuta e experiências que dizem dos burburinhos. O arquivo não tem uma unidade baseada em uma obra de um(a) autor(a) que se identifica com a biografia enquanto colagem na obra. Na ideia de influência sofrida por uma intencionalidade de autoria se limita a obra à ilusão biográfica. Por isso, o arquivo é um conjunto dispersivo de acontecimentos em descontinuidade, relacionado arbitrariamente e estes acontecimentos devem ser lidos como enunciados em agenciamento.

Outro procedimento arqueológico é a análise dos espaços colaterais entre os enunciados, na formação de um arquivo. Há uma coexistência dos acontecimentos que deverá ser descrita e analisada. (Foucault, 2009). Em decorrência desse procedimento, Foucault (2005) propõe que se faça na arqueologia um percurso com atenção à ordem do discurso que foi criada, em uma temporalidade dispersa, em seu sistema de repartição, descrevendo os conceitos, sem buscar coerência entre eles. Toda causalidade se torna uma materialidade efeito da montagem do monumento. Portanto, precisa ser alvo de uma operação historiográfica que a coloque em suspensão.

## **HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA NA RELAÇÃO COM A GENEALOGIA**

Veyne (1998) afirma a relevância da não fazermos dos conceitos e metodologias tipos ideais universalizados. Para esse historiador, é crucial trabalharmos com uma história que não deixe de atuar com conceitos, mas que os desloque dos lugares de essência com o objetivo de historicizá-los como processos de resistência. Dessa maneira, vale observar a sugestão de Veyne (1998), ao recomendar que estudiosos(as) dos documentos pensassem a rede de intrigas presentes em uma trama de forças heterogêneas e múltiplas da atualização/deslocamento dos acontecimentos histórico-conceituais.

A arqueologia de Foucault apresenta uma nova maneira de se entender as condições de possibilidade dos discursos como saberes para efetuar a insurreição dos saberes assujeitados e

os desdisciplinarizar. (Gimbo, 2017). Já, na genealogia, Foucault (1979) passou a utilizar-se da problematização das práticas sociais de poder e de subjetivação em atuação na formação dos modos de ser referentes a cada espaço e tempo, se contrapondo à preconização linear do historicismo na qual um acontecimento se liga a outro distinto por uma transcendentalidade.

Sair das armadilhas da tendência a uma história linear e evolutiva é uma forma de viver pela afirmação dos encontros ativos e construir uma ética da existência que possa ganhar uma analítica da subjetividade como história do cuidado de si e da cidade. Sob a ótica da genealogia para Michel Foucault, a história é metamorfose, feita dos acasos relacionados às rupturas, eliminando determinismos, a partir de documentos e detalhes supostamente banais para compreendê-los até exaurir os discursos. (Lemos, 2007; Foucault, 1979).

A genealogia almeja, portanto, explicitar e interrogar as práticas e suas implicações nos corpos e relações entre os acontecimentos, questionando a produção das narrativas na vertente da lógica do mascaramento. (Rago, 1995). Segundo Foucault (1979), as noções de saber e poder estão intrinsecamente relacionadas sem se colarem, uma vez que o poder não age apenas de forma repressiva, como se acreditava até então, todavia, encontra-se presente nas mais diversas situações, em especial, na construção das redes entre discursos seja para tentar controlar seja para criar espaços outros e diferenciação.

Os poderes que se efetuavam nos discursos eram analisados por Foucault, desde “O Nascimento da Clínica” (1963), em que se dedicava a investigar como as práticas discursivas implicavam em um ostracismo da figura do louco e na medicalização na sociedade Ocidental. Ao introduzir a noção de biopolítica, na primeira parte da “História da Sexualidade I” (1988) e “O Nascimento da Biopolítica” (2008), Foucault deixou nítida a assimilação de discursos pelo Estado e as práticas discursivas transformadas em políticas públicas pelo Poder Pastoral, em processos de estatização da vida e dos corpos quando os enunciados dispersos são apropriados.

Foucault (2004), na análise dos mecanismos de “A ordem do discurso” possibilitou que se pensasse como se consolidou um sistema de circulação/distribuição dos saberes, a maneira dos enunciados serem organizados nas práticas editoriais, no funcionamento das bibliotecas, nas reedições de livros e nas citações das referências, em um currículo, nos formatos de publicações de artigos e na periodicidade de revistas. As regras do discurso ganharam materialidade de controle dos corpos, dos saberes e podem criar sistemas de autorização e veto às falas e à publicação.

A genealogia atuava com documentos, fazendo com paciência e meticulosidade as análises dos arquivos que eram modos de implodir as práticas de dominação que operavam para realizar a memorização política. As relações de poder eram pensadas como estratégias e táticas, práticas datadas em uma política da verdade, delimitada por jogos que não cessavam de se efetuar. As forças as quais se apoderam dos discursos e deles se apropriam são interligadas em diagramas, operando por rupturas e heterogeneidades.

Um dos princípios metodológicos da genealogia era pontuar as resistências como parte dos jogos de poder, de saber e subjetivação, pois, onde há poder, sempre há margem para resistir. Um segundo alerta era não localizar o poder no Estado, na classe social ou em alguém visto como proprietário, na medida em que poder é ação sobre ação, é força agenciada com muitas outras forças, móveis e reunidas ao acaso dos encontros. (Foucault, 1988).

Outra precaução metodológica, a terceira, seria não pensar o poder apenas como repressão e opressão: a dominação é apenas o efeito das relações dinâmicas, articuladas em cristalizações das práticas. O poder circula entre os corpos e só pode operar em espaços de liberdade. Em algumas situações, pode desembocar em processos de estatização e ainda ser limitado pela violência e escravidão, nas quais já praticamente não há como resistir. (Foucault, 1979).

Estes pressupostos eram importantes para fazer a escrita da história como testemunho e elaboração das dores, dos traumas e das realidades difíceis e indizíveis. Esta prática de escrita se tornou uma operação como salientava Michel de Certeau (2011), uma instituição com seus arranjos e suas memórias enquadradas em selos e gavetas mexidos, trabalhados em suas tramas e intrigas e por instantes rápidos e repletos de valores de uma sociedade específica. A questão em jogo é pensar a política institucionalizada e sua economia veiculada em trocas diversas em trânsitos que também operam pelo discurso e pelas gavetas, salas, quartos, armários, bibliotecas, estantes, museus, arquivos e prédios públicos, currículos e pastas em casas e nos computadores, hospedados em sites pessoais ou em sites institucionais. (Chartier, 2010).

O que interessa à história são os fazeres, dizeres e usos dos artefatos produzidos pela sociedade e pelas práticas culturais, políticas, religiosas, econômicas, sociais, subjetivas, ambientais e demográficas. Logo, era importante analisar o cotidiano em um campo do exercício da produção de legados que deixaram rastros e foram alvo de interesse em uma dada época e grupo. (Certeau, 2011).

A história é uma arma de problematização da vida e dos acontecimentos em que se pensa a atualidade na ruptura com a mesma atualidade em vias de deixar de ser o que é para vir a ser. (Foucault, 1979). A crítica à história como acesso às provas de uma verdade a ser desvelada e revelada ou como o julgamento do passado, entendido como erro foi colocada em xeque pela história acontecimental do presente no ensejo de demarcação da singularidade. (Burke, 2008).

Assim, para construir esse movimento analítico era crucial pensar os valores e modos de vida analisadas historicamente fora do campo das unidades e das abstrações universalistas. Os valores, costumes, hábitos, tradições e patrimônios são alvo de estranhamentos de tal forma a serem pensados como problema para a história cultural. (Chartier, 2010). Contudo, Cardoso Jr (2001) alerta para o fato de que esta nova vertente pode desembocar em um culturalismo desmedido e relativista, na medida em que a recepção cultural e interpretações pelo norte da leitura de significados poderão gerar uma hermenêutica dialógica e polissêmica, em que o que vale é fazer circular o plano simbólico apenas e de certo modo totalizante da análise histórica, o que implica em um reducionismo causal.

O discurso não é fruto de um sujeito do conhecimento e de um eu, mas impessoal e formado por enunciados diversos e funções enunciativas variadas, múltiplas e dispersas, unidas por jogos que articulam discursos em disciplinas e formações não naturais; portanto, provisórias. (Foucault, 2009). O princípio do comentário também era uma modalidade de controle do discurso que Foucault visava questionar para romper com o sujeito como origem do conhecimento e da relação autor, obra e influência, em um jogo de identidade nominal.

Conjurar este lugar é uma preocupação da arqueologia e da genealogia, em Foucault (2004). Por isto, é importante analisar os documentos pelo princípio de rarefação discursiva e deslocamento de posições de sujeito para podemos sair do sujeito intencional e da verdade como expressão de um sujeito que fala pela interioridade e de outros que a recebem, se apropriam e desvelam as regras desta extração de vestígios no tempo linear. (Foucault, 2004).

Ora, estamos tratando de rituais de verdade, de exercícios de memória e de histórias problematizantes de práticas culturais. (Foucault, 2004). Os documentos não são provas e nem registros neutros do passado, são artefatos e montagens, recortes e seleções, arquivados por meio de práticas e de uma economia discursiva heterogênea e dispersa, sem unidade e filtrada por controles diversos. Os documentos são matéria empírica a ser trabalhada e já trabalhada ao mesmo tempo, viva e instigante. (Foucault, 2004). Os documentos são pistas e resultantes de disputas e de lutas pela memória e em torno dela. Memória e história e

documentos são articulados e desarticulados porque diferentes, porém podem ser relacionados.

## **DOCUMENTOS MONUMENTOS E REGIMES DE VERDADE NA POLÍTICA DA VIDA**

Relatórios podem gerar dúvidas, manifestos, denúncias, livrar e punir, forjar lucros e reduzir despesas, declarar guerras e produzirem tratados de paz. (Farge, 2011). Estamos falando de materialidades, de conjuntos de situações e limites de atos e performances, de ditos e escritos, de regimes de visibilidade e de dizibilidade. As práticas na história são operações historiográficas, leituras e produções de objetos, utilização de procedimentos e regras analíticas (Chartier, 2010); elas autorizam e desautorizam, designam lugares institucionais e modalidades de enunciados, descrevem condições de possibilidade de formação discursiva e de objetos emergentes. (Foucault, 2004).

A história seria o exercício de estabelecer relações entre os acontecimentos, concebendo-os como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas, fazendo os estratos de acontecimentos se multiplicarem. (Foucault, 2000). Foucault nos fala que a tarefa da história era observar os acasos dos aparecimentos e raridades, na análise da emergência e da proveniência.

Assim, a genealogia não pretende “mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente”. (Foucault, 1979, p. 21). Contudo, Foucault genealogista também foi um arquivista, se instalava na diagonal, como destacou Deleuze (2005), pois, em um arquivo, o discurso funciona na adjacência de outros, compondo um grupo de enunciados. Por isto, o enunciado seria transversal, definindo regularidades heterogêneas que funcionam por regras de variação dispersas. O espaço colateral não é uma proposição, nem se reduz às frases e aos contextos ou axiomas isoladamente.

O enunciado é uma multiplicidade, operando por vetores em variação. (Deleuze, 2005). Outro aspecto do arquivo é o espaço correlativo que se relaciona com “sujeitos, seus objetos, seus conceitos”. (Deleuze, 2005, p. 18). Assim, “um mesmo enunciado pode ter várias posições, vários lugares de sujeito”. (Deleuze, 2005, p. 19). Haveria um objeto discursivo, para Foucault e não um referente ou intencionalidade. Os enunciados possuem conceitos, esquemas discursivos.

Desse modo, “o espaço correlativo é a ordem discursiva dos lugares ou posições dos sujeitos, dos objetos e dos conceitos numa família de enunciados.” (Deleuze, 2005, p. 20-1). Além do espaço colateral e do correlativo, Foucault teria postulado “o espaço complementar ou de formações não-discursivas (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos)”. (Deleuze, 2005, p. 21). Ora, se há enunciados nas instituições eles também se referem concomitantemente a elas, o que implica em configuração de objetos e posições de sujeitos.

O trabalho da genealogia é demorar-se sobre os documentos como monumentos que narram o cotidiano e os efeitos de poder correlatos. (Foucault, 1979). Neste projeto genealógico, as relações de poder passam a ser analisadas por Foucault, na genealogia por meio de postulados, como: o da propriedade, em que o poder é uma relação estratégica mais do que uma propriedade; o da localização que viu o Estado como o lugar do poder ou ainda a instituição.

Mas, este lugar é interrogado por ser composto por multiplicidades de forças; no postulado da subordinação inquieta a tentativa de colocar uma relação como causa ou dependência de outra; o postulado do atributo está ligado à divisão entre dominantes e dominados, entretanto, para Foucault o poder é uma relação e opera sempre sem se fixar a um grupo específico; outro postulado é o da modalidade em que se define poder como repressivo e violência ou ideologia, no entanto, poder é ação sobre ação para incitar, compor e investir, normalizar e suscitar; no postulado da legalidade, o Estado age pela lei que coage e proíbe.

Logo, Foucault ressalta que a relação de poder é uma prática que é estratégia e tática mais do que lei. Assim, que o diagrama se diferencia do arquivo porque é um mapa móvel e co-extensivo ao campo social, mistura matérias fluidas, imanentes e em devir. (Deleuze, 2005).

Historicizar as práticas é analisar o arquivo e o diagrama simultaneamente, em que o mapa é formado por agenciamentos disjuntivos e que geram efeitos como as atualizações de forças virtuais intensivas se tornam objeto por meio de práticas sociais em desdobramentos ao acaso e permanentes. “Há uma história dos agenciamentos, assim como há um devir e mutações de diagrama”. (Deleuze, 2005, p. 51).

Para Foucault, não há um objeto natural, mas somente práticas de objetivação e subjetivação. “O objeto se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história”. (Veyne, 1998, p. 257). O genealogista descreve estas práticas datadas e historiciza as objetivações, as

racionalizações para que elas desapareçam, ou seja, para que percebamos que os acontecimentos são raros. (Veyne, 1998).

A questão metodológica central para a genealogia é a relação do saber com o poder e do poder com o saber, de acordo com Machado (1988). Foucault (1999) destaca que as técnicas do poder disciplinar: o exame, a vigilância e a sanção normalizadora intensificaram o exercício das relações de poder e da produção de saber. Ele assinala que, por meio do exame, fabricamos os casos. Ao mesmo tempo em que um indivíduo é vigiado e modelado por tecnologias disciplinares como caso analisado, produz-se um campo documentário que o captura e o fixa, comparando-o com os demais, classificando-o, objetivando-o.

Para analisar as relações entre saber-poder através da genealogia, Foucault (1979, p. 244) criou a noção de “dispositivo”, que ele conceituou como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”.

Portanto, a categoria: “dispositivo” é um operador metodológico que nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação. As práticas discursivas são concebidas como instituições, pois têm uma realidade material e disparam efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação, jogo de palavras composto de perigos e de relações de poder, produção de saberes e difusão destes em espaços institucionais, captura das ações em regimes de força, domesticação da multiplicidade em arquivos de uma escrita biográfica e o estabelecimento de relações entre acontecimentos díspares. (Foucault, 2004).

“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta [...]”. (Foucault, 2004, p. 10). Foucault (2005, p. 72) chegou a afirmar: “[...] meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada de discursos”. Foucault fez pesquisas históricas e não trabalho de historiador, ele lança uma flecha, pensa fazendo inclusive a si próprio. Há uma polícia discursiva, de acordo com Foucault (2004), que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras; conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros, definindo fronteiras de discursos em disciplinas específicas, produzindo veneração de determinados discursos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS PROVISÓRIAS

Atualmente, a História Nova cada vez mais visa pensar a criação dos arquivos daqueles que foram esquecidos para poder realizar a escrita historiográfica enquanto uma memória cidadã, uma busca em dar visibilidade aos temas, aos objetos e aos documentos que foram silenciados e interditados na sociedade devido aos preconceitos, discriminações, estigmas, racismos, xenofobias, etnocentrismos etc.

A partir do surgimento da Escola dos Annales, passou-se a trabalhar com fontes múltiplas oficiais e não oficiais, em uma grande ampliação das mesmas, movimento extremamente relevante para a problematização de práticas do cotidiano, sobretudo, de grupos excluídos e subalternizados. (Chartier, 1995). É no bojo deste debate que foi desenvolvida a construção das resistências aos processos de opressão, coerção, violências epistêmicas e a todo um legado cultural que estava desprezado e apagado pela concepção da História tradicional que era chamada como História nacionalista e vista de cima. Em contraposição a uma História tradicional foi criada a História vista por quem está debaixo, também denominada de micro-história ou história dos vencidos. (Certeau, 2011).

Fica evidenciado que a pesquisa histórica passou a ser articulada às várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, tornando-se transversal e transdisciplinar. Com efeito, passou a dialogar com uma grande variedade de disciplinas e profissões, movimentos e instituições. Ganhou um novo estatuto do conhecimento na medida em que ampliou as lentes para aumentar o número de fontes e a se apropriar de diversas abordagens e ainda vale destacar que expandiu os objetos de estudo.

Este movimento ganhou extensão por permitir um amplo e relevante processo de democratização dos saberes e a partilha de memórias que visavam romper com as perspectivas causais, positivistas e lineares consagradas nas ciências. (Castro, 2008). A ampliação das fontes na história cultural permitiu o aumento dos documentos a serem estudados, tais como: jornais, revistas, teses, fotos, móveis, arquiteturas, oralidades, músicas, danças, ritmos, cartas, poesias, entre outros que não eram considerados fontes dignas de historiografia.

Os feitos de determinados grupos e instituições, pessoas e comunidades da cultura popular e as narrativas de vários grupos sociais foram por muito tempo impedidos de serem contados e analisados. Ao longo da segunda metade do século XX, a interlocução transdisciplinar da História com a Sociologia, a Antropologia, a Comunicação, a Linguística e

a Psicologia permitiram grandes avanços e muitas rupturas com os modos de se fazer História e narrar os fatos por meio da terceira geração dos Annales, chamada de Nova História Cultural. (Certeau, 2011).

Com efeito, a memória é seletiva e as narrativas a respeito da mesma são versões recortadas e construídas dos acontecimentos históricos. Ao escolher trabalhar com determinados documentos e arquivos, cada historiador busca fabricar uma rede de intrigas, ou seja, um diagrama de linhas, tecido e articulado com conceitos, teorias, abordagens, problemas e objetos datados e específicos. Ainda vale salientar o quanto as fontes documentais são parte de um programa político, vinculado a uma concepção de história e de memória como monumentos, maneiras de abordar o passado e a sociedade. (Certeau, 2011).

Ora, a formulação e criação de um monumento histórico estão sustentados por acervos, bibliotecas, museus e arquivos públicos e privados, financiados por empresas, pelo Estado e ainda as fontes pessoais doadas ou guardadas pelas famílias e instituições as mais variadas. Armazenar documentos implica em organizá-los de uma certa maneira e conferir-lhes singularidade na concepção de guarda e acessos ao que é guardado e selecionado como material a ser consultado e disponibilizado a um determinado público.

Na política de arquivamento há jogos de interesses culturais, sociais, subjetivos e econômicos. Também é válido destacar o quanto a política do armazenamento tem relação com um projeto de sociedade e de governo da população. (Castro, 2008). Confirme Nora (1993), há uma confusão entre história e memória na gestão do passado. A memória é um conjunto de lembranças não organizadas em arquivos historiográficos.

A história enquanto disciplina é um meticuloso ofício, um trabalho de tratamento das memórias submetidas ao escrutínio dos estudiosos de história, os quais são pesquisadores que atuam com metodologias sociais baseadas em análises de documentos. Ressalta-se que há uma guerra e um conjunto de batalhas pelos arquivos e documentos.

O direito à memória é uma quarta geração de direitos que está ligada às reivindicações pelo reconhecimento cultural e resistência às noções de que a história seria apenas a oficial, produzida pelo Estado e os supostos heróis da nação que a burocracia estatal teria enaltecido e fabricado. Governar a memória é algo cada vez mais importante na sociedade contemporânea porque se compreende que os povos são representados pela forma em que está retratado nos seus arquivos e nos livros de história que descrevem e analisam as práticas realizadas por estes povos. (Nora, 1993).

Cada documento é controlado e arquivado como parte de uma prática social e cultural, pautada em uma economia política dos discursos, silenciando e ou visibilizando maneiras de ser, de sentir, de pensar e de agir em um tempo e espaço específicos. O Estado moderno organiza os documentos de modo a editá-los, financiá-los e moldá-los aos interesses a serem aplacados e alvo de consenso para criar uma ordem do discurso que agencie padrões e normas, leis e regras partilhadas por uma sociedade dada. (Certeau, 2011).

Para Foucault (2004), em cada campo documental há processos normalizadoras a articular e prescrever para os grupos, instituições, organizações, comunidades e sociedades. Quando se realiza uma história cultural busca-se desfazer ou, ao menos, tenta-se romper com esta racionalidade instrumental e normalizadora. Assim, é fundamental criar perguntas e problemas, escolher fontes e tecer tramas que possibilitem pensar o presente por meio do que foi feito no passado sem exaltar o que foi realizado e sem destruir também estas memórias de tal modo em que não se exalte nem se despreze o que se praticava em outros tempos e espaços. (Bacellar, 2010).

Outro passo metodológico é verificar se os documentos estão conservados e estão disponíveis ao acesso público, buscando avaliar se estes arquivos são relevantes para as questões forjadas e os objetivos traçados. Ainda vale observar se estas fontes são suficientes e é preciso ler e reler as mesmas, fichá-las, organizá-las em séries temáticas, em séries conceituais e teóricas, em séries referentes aos lugares institucionais em que foram produzidas e em posições de sujeito fabricadas. É importante e crucial saber se há autorização para o acesso aos documentos, em quais períodos históricos estão disponíveis e em que medida permitem responder às perguntas de pesquisa. Por fim, vale verificar os horários de acessibilidade e de manuseio das fontes escolhidas após cuidadoso cotejamento das mesmas pelo pesquisador. (Castro, 2008).

## REFERÊNCIAS

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**. 11(1): 33-43, jan/abr, 2010.

CANGUILHEM, G. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- CHARTIER, R. **A história e a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CARDOSO JR., H.R. **Tramas de clio: convivência entre filosofia e história**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- CASTEL, R. **A gestão dos Riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FARGE, A. **Os lugares da história**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. (19a. ed.) Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, M. Um sistema finito diante de um questionamento infinito. In: MOTA, M. de B. (org.) **Michel Foucault: ética, sexualidade, política**. São Paulo: Forense Universitária, 2004, pp. 126-146.
- FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. Eu capto o intolerável. In: MOTA, M. de B. (org.) **Michel Foucault: repensar a política**. São Paulo: Forense Universitária, 2010, pp. 31-33.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. A cena da filosofia. In: Mota, M. B. da (org.) **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. (Coleção Ditos & Escritos Volume VII). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. p. 222-247.
- FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? In: Mota, M. B. da (org.) **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. (Coleção Ditos & Escritos Volume VII). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. p. 259-268.
- FOUCAULT, Michel. Crise da Medicina ou Crise da Antimedicina? In: Mota, M. B. da (org.) **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. (Coleção Ditos & Escritos Volume VII). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011c. p. 374-393.
- FOUCAULT, Michel. A Política de Saúde no Século XVIII. In: Mota, M. B. da (org.) **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. (Coleção Ditos & Escritos Volume VII). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011d. p. 354-373.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e poder. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2.ed., ver. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma annus Muchail. – 3ª. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. In: Machado, Roberto (org.) *Microfísica do poder*. 26ª. ed. São Paulo: Graal, 2013c. p. 363-406.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: Machado, Roberto (org.) **Microfísica do poder**. 26ª. ed. São Paulo: Graal, 2013d. p. 407-431.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France** (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

MACHADO, R. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

PELEGRINI, S. C. A. & FUNARI, P. P. (2008). **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense.

PRADO FILHO, K; LOBO, L. F. e LEMOS, F. C. S. A história do presente em Foucault e as lutas atuais. **Fractal Revista de Psicologia**. v. 26 – n. 1, p. 29-42, Jan/Abr. 2014.

SILVA, Daiane Gasparetto da; LEMOS, Flávia Cristina Silveira e MONTEIRO, Eline Freire. Reflexões a respeito da história cultural e a análise de documentos. **Quaderns de psicologia**, 16(2), 73-82, 2014.

VEYNE, P. “**A história conceitual**”. In: Le Goff, J. & Nora, P. (orgs.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2ª. ed., 1979, pp. 64-88.

VEYNE, P. **O inventário das diferenças: história e sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: UnB, 1998.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**; 18 (3): 16-22; set/dez. 2006.